

Em crise, fundo de pensão não tem dinheiro para pagar 13º de portuário

Portus tem rombo de R\$ 4 bilhões, provocado por inadimplência de estatais patrocinadoras; trabalhadores cobram ação do governo

O PORTUS, FUNDO de previdência complementar dos portuários, busca uma solução para cobrir seu rombo, estimado em R\$ 4 bilhões, e voltar a operar normalmente. O desafio mais imediato é garantir uma injeção de caixa de R\$ 150 milhões, dinheiro que servirá para o pagamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas.

Submetido a três intervenções seguidas, o Portus chegou a essa situação devido

à inadimplência das empresas patrocinadoras. Essa foi a explicação apresentada ontem por dirigentes de entidades que representam os portuários, em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

— Todos os trabalhadores estão rigorosamente em dia com suas contribuições, mas as patrocinadoras não honraram com sua parte. Assim chegamos a esta triste situação

— afirmou Vilson Balthar Arsenio, presidente da União Nacional das Associações dos Participantes do Portus (Unaportus).

Cerca de 300 portuários de diferentes estados foram à audiência, sugerida pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS). Nem todos conseguiram lugar no próprio espaço da comissão, mas puderam acompanhar os trabalhos por telões, em duas outras salas. Eles cobram do

governo uma solução para as dificuldades do fundo, já que as patrocinadoras inadimplentes são estatais federais — 14 companhias portuárias, duas no momento sob gestão estadual.

— Quem deve é o governo. Não é caridade. Nós compramos um produto [previdência] e temos o direito de receber — afirmou Nildes Sampaio da Silva, sindicalista e empregada da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ).



O senador Paulo Paim (C) coordena a audiência pública em que se discutiram as dificuldades do Portus, fundo de pensão dos trabalhadores portuários